

**ANEXO IX A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**
Processo Administrativo nº 158731/2025**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O bairro Santa Efigênia, apresenta recorrentes problemas de acúmulo de águas pluviais em períodos chuvosos, ocasionando alagamentos, enxurradas, erosões no pavimento e comprometimento da mobilidade urbana. A ausência de sistema adequado de drenagem tem causado prejuízos à infraestrutura viária, à segurança dos pedestres e veículos, além de gerar transtornos aos moradores e comerciantes da região, conforme fotos a seguir, de fortes chuvas ocorrida no final do mês de dezembro de 2024.

Foto 01 – Alagamento de parte da Av. Aurora Forti Neves após chuvas.





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE

OLÍMPIA
ADM. 2025 | 2028

CUIDANDO DO NOSSO FUTURO

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Fonte: <https://leonardoconcon.com.br/cidade/em-uma-hora-e-meia-olimpia-sofre-prejuizos-com-130mm-de-temporal/>. Acesso em 10/09/2025.

Foto 02 – Alagamento de parte da Av. Aurora Forti Neves após chuvas.



Fonte: <https://leonardoconcon.com.br/cidade/em-uma-hora-e-meia-olimpia-sofre-prejuizos-com-130mm-de-temporal/>. Acesso em 10/09/2025.

Foto 03 – Alagamento de parte da Av. Aurora Forti Neves após chuvas.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2024/12/23/chuva-que-causou-estracos-em-olimpia-durou-cerca-de-duas-horas.ghtml>. Acesso em 10/09/2025.

A execução de galerias de águas pluviais nas vias do bairro Santa Efigênia é necessária para garantir o escoamento adequado das águas, evitando inundações e prolongando a vida útil do pavimento.

O município possui um projeto em andamento para execução de galeria de águas pluviais em diversas vias no bairro Santa Efigênia, sendo que o bairro possui sistema de drenagem ineficiente e o projeto prevê a divisão da região em diversas sub-bacias e cada bacia haverá uma rede e sistema de captação dimensionados adequadamente para coleta das águas pluviais proveniente das fortes chuvas.

A primeira fase desse grande projeto para a região do bairro Santa Efigênia, foi contemplando através de um convênio firmado com o Estado de São Paulo através do Contrato de Financiamento FEHIDRO n.º 81/2025, celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo e o Município da Estância Turística de Olímpia, para “Construção de galeria de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar no bairro Santa Efigênia”, o trecho a ser executado a obra inicia no lançamento do Córrego Olhos D’água localizado na Avenida Aurora Forti Neves sobe na Rua Miguel Said Aidar até a Avenida Cândido Brunieira, sendo uma obra contribuirá para a melhoria da infraestrutura urbana, aumento da segurança da população, valorização imobiliária e redução dos custos com manutenções corretivas constantes.

Dessa forma, a contratação da obra de infraestrutura urbana se mostra imprescindível para sanar uma demanda antiga da comunidade, atendendo ao interesse público e promovendo melhores condições de tráfego, salubridade e qualidade de vida no bairro Santa Efigênia.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação, que tem por objeto construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, não foi originalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, uma vez que a necessidade da intervenção emergiu posteriormente à elaboração e aprovação do referido plano.

A inclusão da obra de construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, de forma excepcional ao Plano de Contratações Anual, justifica-se em razão da necessidade emergente de intervenção na infraestrutura de drenagem local.

Os episódios recentes de chuvas intensas agravaram os problemas de escoamento superficial, ocasionando alagamentos frequentes, deterioração acelerada do pavimento, comprometimento da mobilidade urbana e riscos à segurança de pedestres e motoristas. A falta de sistema de drenagem adequado tem gerado transtornos à população residente e impactos negativos ao comércio e à trafegabilidade da via.

Diante deste cenário, a execução das galerias pluviais mostra-se medida indispensável e inadiável para assegurar a adequada funcionalidade do sistema viário, a preservação do patrimônio público e a melhoria das condições de salubridade e qualidade de vida no bairro.

Assim, a inclusão excepcional no Plano de Contratações Anual encontra respaldo no interesse público, no caráter emergencial da obra e na necessidade de adequação do planejamento às situações supervenientes, que não puderam ser previstas no momento da elaboração do plano.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, projeto básico e executivo, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.2 – A Resolução CONAMA 307/2002 em seu artigo 2º, inciso I, define resíduos de construção civil como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais,

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha”.

3.3 – Sendo os resíduos passíveis de serem gerados são classificados como pertencentes as classes A, B, C e D, segundo o artigo 3º da Resolução CONAMA acima referida.

a) Classe A – resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem.
- De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
- De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas de concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.), argamassas e concreto.

b) Classe B: são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

c) Classe C: são resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a reciclagem ou recuperação. (Redação dada pela Resolução nº 431/2011);

d) Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e outros materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (Redação dada pela Resolução nº 348/04);

3.4 – A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

3.5 – Atender, no que couber aos requisitos da lei Municipal nº 4.041/2015 – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia, subsidiariamente ao disposto em tópicos específicos do plano diretor (Lei Complementar nº 254/2021) e código de obras (Lei Complementar nº 256/2021).

3.6 – A Contratada deverá ter como objetivo a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

3.7 – Os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

em áreas não licenciadas. Devendo ser destinados de acordo com os seguintes procedimentos:

- Classe A: deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para uso futuros;
- Classe B: deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- Classe C: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- Classe D: deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

3.7.1 – No caso da geração de resíduos decorrentes de “bota-fora”, em virtude de serviços de adequação externa e de integração dos imóveis estes serão transportados e depositados em área pública municipal com autorização da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura (SMOEI), visando a economicidade da contratação na qual a correta destinação ficará por conta da CONTRATANTE.

3.8 – As embalagens de tintas utilizadas deverão ser submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da lei 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequada dos resíduos de tintas presentes nas embalagens, em conformidade com a Resolução CONAMA nº307 de 05/07/2002.

3.8.1 – As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de classe B.

3.8.1.1 – O parágrafo 1º do artigo 3º da Resolução CONAMA nº 307 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas em que o recipiente apresenta apenas um filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulos de resíduos de tinta líquida.

3.8.2– Atendendo ao requisito acima, o recipiente deverá ser direcionado para canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral.

3.9 – Devendo atender também aos requisitos constantes do Decreto Estadual nº 37.95/1.999, que regulamenta a coleta o transporte e a destinação final de entulho, terras e sobras de matérias de construção, e regulamenta a lei Estadual nº 10.315/1987.

3.10 – Atendendo ainda aos requisitos constantes no Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município de Olímpia, através da Lei nº 4.041/2015 e subsidiariamente as Normas ABNT NBR nº 15112, 15113 e 15114.

Demais requisitos da contratação

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

3.11 – Deverão ser fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para os visitantes (autoridades públicas, assessores etc.), capacete, óculos de proteção e protetor auricular, durante a realização de eventuais visitas institucionais.

3.12 – A instalação da placa de obra correrá às expensas da Contratada, e deverá ser executada nos moldes do Termo de Convênio que viabiliza a presente contratação, instruídos pela Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, na qual deverá constar o nome do responsável técnico pela execução da obra, com a identificação da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART). A placa deverá ser fixada em local visível, indicado pelo fiscal técnico do contrato.

3.13 – Tendo em vista que a execução da obra impactará no funcionamento e na adequação da construção adjacente, será obrigatória a realização de reunião preliminar junto ao fiscal técnico do contrato da estrutura em conclusão junto ao preposto (equipe técnica) da CONTRATADA, e profissionais técnicos da Divisão de Projetos e Obras da SMOEI, visando a promoção e o alinhamento dos ajustes necessários para o início da obra, no intuito de mitigar quaisquer impactos negativos na estrutura da construção contígua.

3.14 – No caso da necessidade de utilização de energia elétrica para o desenvolvimento dos serviços, como a utilização de vibradores, compactadores manuais, iluminação etc., os custos tanto para prover a infraestrutura necessária para a ligação elétrica como o pagamento da energia consumida correrão às custas da CONTRATADA. No local já existe entrada de energia e de abastecimento de água ligadas.

3.14.1 – Caso não seja possível utilizar energia da distribuidora local, a CONTRATADA deverá instalar um gerador por conta própria, sem que seu uso implique em ônus à CONTRATANTE.

3.15 – Os operários (colaboradores) empregados na execução dos serviços objeto desta contratação deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados por intermédio de crachá, utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório. Não será permitida a permanência na obra de operários (funcionários) da CONTRATADA que não estiverem utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

3.16 – Deverão ainda ser atendidas as disposições previstas no Plano Diretor do município de Olímpia (Lei Complementar nº 245/2021) e do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº 256/2021) quanto a mobilização, retirada e armazenamento de materiais de construção civil.

3.17 – Subsidiariamente as normas previstas da ABNT NBR para execução dos serviços que compõem este objeto, deverão ser atendidas, as seguintes normas: NBR 16868-2, NBR 15270, NBR 15575, NBR 6118, NBR 5410, NBR 5419, NBR 14565, NBR 5626, NBR 8160, NBR 10844, e as instruções técnicas em vigência do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

3.18 – A Contratada deverá promover as inspeções necessárias para evitar a obstrução das redes de água e esgoto existentes nas vias públicas, sendo que todos os reparos necessários nas redes serão de responsabilidade da contratada.

3.19 – A Contratada deverá reconstruir as calçadas danificadas, pavimento asfáltico demolido para construção das redes e demais interferências encontradas durante a execução da obra.

Vistoria Prévia

3.20 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto.

3.20.1 – A vistoria prévia poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.20.2 – A realização da vistoria prévia do local será de acordo com estabelecido no §4º do art. 63, cujo preposto, devidamente identificado, será acompanhado por profissional designado pela Divisão de Projetos e Obras da Secretaria Municipal da Obras, Engenharia e Infraestrutura, através do e-mail: agendamento@olimpia.sp.gov.br, ou do telefone (17) 3279-4860, durante o horário comercial, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, exceto aos feriados e pontos facultativos; após a realização da vistoria, será emitido o Termo de Vistoria Prévia, pelo departamento competente, que deverá ser juntado pela licitante na documentação para habilitação e participação no certame através da plataforma E-LICITA OLÍMPIA, disponível no site www.olimpia.sp.gov.br.

3.20.3 – Os agendamentos para a vistoria prévia deverão ser feitos com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, através dos contatos mencionados no item anterior. Quando solicitada ou marcada para as sextas-feiras, deverão ser efetuadas preferencialmente no período da manhã.

3.21 – Visando ao pleno atendimento da necessidade pública, obrigatoriamente, a licitante vencedora deverá apresentar ao Gestor e Fiscal Técnico do Contrato, um cronograma de evolução da obra, das quantidades de serviços executados, segmentado semanalmente desde o efetivo início dos serviços até a sua conclusão. Este recurso visa prever eventuais riscos de atraso da conclusão do objeto e auxiliar o corpo técnico do órgão competente na tomada de decisões estratégicas subsidiando a CONTRATADA no que for de atribuição da CONTRATANTE.

3.21.1 – O cronograma de evolução da obra deverá ser enviado no e-mail do fiscal técnico do contrato até às 16 horas do dia, todas as sextas-feiras ou no último dia útil da semana, quando precedido de feriado ou ponto facultativo dentro do calendário municipal,

para apreciação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura.

Subcontratação

3.22 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.23 – Matriz de Riscos

3.23.1 – Tipo de Risco: Risco de Projeto / Estudo Técnico

Descrição do Evento: Falhas ou omissões em projetos, levantamentos topográficos ou estudos de solo fornecidos pela Administração.

Parte Responsável: Contratante

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Realizar revisões técnicas prévias, compatibilizar projetos e validar estudos antes da licitação.

3.23.2 – Tipo de Risco: Risco de Execução

Descrição do Evento: Erros construtivos, má execução dos serviços, uso inadequado de materiais ou não observância das especificações técnicas.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Implantar controle tecnológico, seguir rigorosamente o projeto executivo e garantir fiscalização contínua.

3.23.3 – Tipo de Risco: Risco de Suprimento / Logística

Descrição do Evento: Atrasos no fornecimento de materiais, equipamentos ou mão de obra especializada.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Planejar previamente a aquisição de insumos, manter cronograma atualizado e prever estoques mínimos.

3.23.4 – Tipo de Risco: Risco Climático

Descrição do Evento: Ocorrência de chuvas intensas ou eventos climáticos que prejudiquem o andamento das obras.

Parte Responsável: Compartilhado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Planejar o cronograma considerando períodos chuvosos, implantar drenagem provisória e adotar medidas de proteção.

3.23.5 – Tipo de Risco: Risco de Interferências Subterrâneas

Descrição do Evento: Existência de redes de água, esgoto, energia ou telecomunicações não mapeadas.

Parte Responsável: Compartilhado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Consultar previamente as concessionárias, realizar sondagens e, se necessário, readequar o projeto em comum acordo.

3.23.6 – Tipo de Risco: Risco Ambiental

Descrição do Evento: Ocorrência de contaminação de solo, lançamento inadequado de efluentes ou destinação incorreta de resíduos de obra.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Cumprir integralmente a legislação ambiental, utilizar caçambas licenciadas e dispor adequadamente os resíduos.

3.23.7 – Tipo de Risco: Risco Financeiro / Econômico

Descrição do Evento: Oscilação de preços de materiais e insumos que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Parte Responsável: Contratante (nos casos imprevisíveis)

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Aplicar cláusulas de reajuste e revisão contratual conforme legislação vigente.

3.23.8 – Tipo de Risco: Risco de Segurança no Trabalho

Descrição do Evento: Acidentes de trabalho durante a execução da obra.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Elaborar e cumprir o PCMAT, garantir uso obrigatório de EPIs e promover treinamentos de segurança.

3.23.9 – Tipo de Risco: Risco de Fiscalização e Gestão Contratual

Descrição do Evento: Falhas na supervisão ou atraso em decisões por parte da Administração.

Parte Responsável: Contratante

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Designar formalmente gestor e fiscais do contrato, com acompanhamento e registros periódicos.

3.23.10 – Tipo de Risco: Risco de Atraso na Execução

Descrição do Evento: Paralisações ou descumprimento de prazos por fato imputável ao contratado.

Parte Responsável: Contratado

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Elaborar planejamento detalhado, monitorar o cronograma e realizar gestão eficiente de equipe e recursos.

3.23.11 – Tipo de Risco: Risco de Fato do Príncipe / Caso Fortuito ou Força Maior

Descrição do Evento: Ocorrência de eventos imprevisíveis ou inevitáveis, como catástrofes naturais, pandemias ou alterações legislativas.

Parte Responsável: Contratante

Medidas Preventivas / Mitigadoras: Aplicar reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação contratual, conforme o disposto em lei.

3.23.12 – Observações Gerais:

- A matriz visa garantir a alocação eficiente dos riscos, de modo que cada parte assuma aqueles sobre os quais tem melhor capacidade de gestão.
- O contrato deverá refletir integralmente esta alocação e prever seguros obrigatórios, como responsabilidade civil e acidentes de trabalho.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	Serviços Preliminares
2	Canteiro de Obras
3	Administração Local de Obra
4	Serviços Iniciais
5	Movimento de Terra
6	Drenagem
7	Dispositivos de Drenagem
8	Pavimentação
9	Serviços Complementares
10	Calçamento
11	Serviços de Reparos – Rede Coletora de Esgoto
12	Serviços de Reparos – Rede de Água Potável

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a obtenção do levantamento de mercado foi realizada consulta na planilha orçamentária do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, que segue em anexo a este Estudo Técnico Preliminar:

ITEM	QTD	PESQUISA	VALOR (R\$)
CONSTRUÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA MIGUEL SAID AIDAR, NO BAIRRO SANTA EFIGÊNIA.	1	Planilha orçamentária do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO	R\$ 1.041.404,72



6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Esta estimativa teve como base a planilha orçamentária detalhada da obra, elaborada com base no projeto executivo, contendo a discriminação dos serviços, materiais e custos unitários e totais, em conformidade com as normas técnicas vigentes e os parâmetros adotados pela Administração Pública.

Para estimar o valor da contratação foi elaborado um programa de necessidades dos principais serviços solicitados, levando-se em conta as quantidades apuradas dos serviços a serem executados com base em levantamentos das medidas no local, de forma estimativa ou paramétrica, adotando-se os custos unitários partir das seguintes bases de preços: Planilha orçamentária do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

Visando trazer maior confiabilidade no valor estimativo da contratação, adotou-se após o somatório dos itens uma alíquota de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) de 26,44% para o objeto em questão, conforme descrito na tabela em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

Portanto, estima-se o valor total da contratação, conforme a metodologia acima exposta, em R\$ 1.041.404,72 (um milhão, quarenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e setenta e dois centavos).

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na execução de obras de drenagem urbana por meio da implantação de galerias de águas pluviais ao longo da Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, de forma a assegurar o escoamento adequado das águas superficiais em períodos chuvosos.

O projeto contemplará a construção de rede de galerias dimensionada conforme estudos hidrológicos e hidráulicos, incluindo bocas de lobo, poços de visita, tubos de concreto armado e dispositivos de dissipação, visando a condução eficiente das águas até pontos de lançamento adequados. A intervenção será precedida de levantamentos topográficos e sondagens das redes existente, garantindo a precisão técnica necessária para a execução.

Durante a fase de execução, serão adotadas técnicas e materiais que assegurem durabilidade e eficiência do sistema de drenagem, com controle de qualidade e fiscalização contínua para assegurar a conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes.

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

Após a conclusão da obra, o sistema de galerias permitirá a redução significativa dos alagamentos, preservação da pavimentação existente, melhoria da mobilidade urbana e segurança dos usuários. O ciclo de vida da solução envolve a manutenção preventiva e corretiva da rede pluvial, garantindo sua funcionalidade ao longo do tempo e a ampliação da vida útil da infraestrutura implantada.

Dessa forma, a solução atende integralmente à necessidade identificada, promovendo não apenas a mitigação imediata dos problemas de drenagem, mas também a valorização da infraestrutura urbana e a melhoria da qualidade de vida da população do bairro Santa Efigênia.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento da contratação do serviço não é aplicável, uma vez que a natureza do objeto exige execução integrada e contínua, sendo tecnicamente inviável a divisão em partes autônomas. A fragmentação do contrato comprometeria a funcionalidade e a eficiência na prestação do serviço, além de gerar riscos à coordenação e ao controle da execução contratual.

Ademais, a contratação proporciona maior economicidade, evitando custos adicionais com administração, fiscalização e gestão de múltiplos contratos. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e funcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu artigo 40, §2º, que permite a contratação em casos de inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução da obra de construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Melhoria do escoamento das águas pluviais, eliminando pontos de alagamento e enxurradas que comprometem a circulação de pedestres e veículos;
- Preservação da infraestrutura viária, com redução de danos ao pavimento decorrentes do acúmulo de água e erosões;
- Aumento da segurança da população, diminuindo riscos de acidentes e quedas ocasionados por inundações e vias escorregadias;
- Valorização urbana e imobiliária, uma vez que a melhoria na infraestrutura básica impacta positivamente a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento da região;
- Redução de custos com manutenções corretivas frequentes, permitindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos;

**Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura**

- Atendimento às demandas da comunidade local, suprimindo uma necessidade antiga e promovendo maior satisfação social com as ações do poder público;
- Melhoria das condições ambientais e de salubridade, evitando a formação de lama, proliferação de insetos e degradação do espaço urbano.

Em síntese, os resultados esperados com a implantação das galerias pluviais vão além da resolução imediata dos problemas de drenagem, proporcionando benefícios estruturais, sociais e ambientais duradouros para a população do bairro Santa Efigênia e para o município como um todo.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Caberá à administração adotar as seguintes providências prévias a celebração do contrato:

- Foi elaborado projeto básico, executivo e memorial descritivo para a obra de construção do estacionamento público que instruíram a elaboração de planilha orçamentária adequada às necessidades da administração, contendo um conjunto de elementos e informações necessários e suficientes para a adequada execução da obra.
- Deverão ser designados o fiscal técnico e o gestor do contrato ambos provenientes do quadro de servidores efetivos da Secretaria Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura de nível técnico compatível com a natureza do objeto.
- Deverá ser elaborado o Termo de Referência da contratação, contendo todos os elementos necessários para a contratação da obra, com base nos projetos básicos, executivos, memorial descritivo, caderno técnico e demais documentos necessários que deverão instruir a contratação, nos termos do inciso XXIII, do art. 6, da NLLC.
- Deverão ser emitidas devidas anotações ou registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) dos projetos que embasarão as contratações dos serviços.

O Departamento competente deverá elaborar o edital de licitação para contratação dos serviços nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais instrumentos regulatórios municipais.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir na contratação.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Subsidiariamente aos requisitos elencados no item n.º 3 deste Estudo Técnico Preliminar, em relação à correta e adequada destinação dos resíduos sólidos da construção civil, que se caracteriza no impacto ambiental de maior expressividade a ser mitigado na contratação dos serviços de construção civil para manutenção, reparos e conservação do imóvel, a contratada deverá:

- Adotar uma postura racional na utilização dos materiais e equipamentos que compõem os serviços em execução evitando desperdícios de materiais.
- Promover e fomentar a logística reversa, a reutilização e a reciclagem dos resíduos de produtos e materiais da construção civil, no que couber.
- Adotar as políticas públicas estabelecidas pelo Município da Estância Turística de Olímpia, em relação à correta e adequada destinação dos resíduos sólidos de construção civil e armazenamento de materiais de construção previstas na Lei Ordinária Municipal nº 4041/2015 e Leis Complementares Municipais nº 254/2021 e nº 256/2021.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação da obra de construção de galerias de águas pluviais na Rua Miguel Said Aidar, no bairro Santa Efigênia, apresenta-se plenamente viável sob os aspectos técnicos, jurídicos, econômicos e sociais.

Do ponto de vista técnico, a solução é adequada para mitigar os problemas de drenagem que afetam a via, pois contempla a implantação de um sistema estruturado de captação e condução de águas pluviais, em conformidade com as normas de engenharia e de drenagem urbana. A tecnologia a ser aplicada é consolidada no mercado e amplamente utilizada em obras semelhantes, o que assegura eficiência e durabilidade.

Sob o aspecto jurídico, a contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que disciplina as licitações e contratações públicas, bem como nas legislações urbanísticas e ambientais pertinentes. O objeto pode ser licitado regularmente, não havendo impedimentos legais à sua execução.

No aspecto econômico, a obra é justificada pela relação custo-benefício positiva, considerando que o investimento em drenagem resultará na redução de gastos futuros com manutenção corretiva do pavimento, recomposição de infraestrutura danificada e ações emergenciais para contenção de alagamentos. Trata-se de despesa de caráter preventivo, que tende a gerar economia aos cofres públicos a médio e longo prazo.

Já no âmbito social, a intervenção proporcionará melhoria significativa na mobilidade urbana, segurança de pedestres e motoristas, valorização da região e maior qualidade de vida para os moradores do bairro Santa Efigênia, atendendo a uma demanda histórica da comunidade local.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE



CUIDANDO DO NOSSO FUTURO

Secretaria de Obras, Engenharia e Infraestrutura

Portanto, a contratação mostra-se viável e necessária, representando uma solução eficiente, legalmente respaldada, economicamente vantajosa e socialmente benéfica, em consonância com o interesse público.

Estância Turística de Olímpia.

CAIQUE ALEXANDRE DE OLIVEIRA BORBA

Responsável pela Elaboração do Instrumento

LEANDRO PIERIN GALLINA

Secretário Municipal de Obras, Engenharia e Infraestrutura
Ordenador da Despesa